

Congresso Nacional

A aposta parlamentar do presidente

20 JAN 1992

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Izique
de São Paulo

Um novo equilíbrio de forças no Congresso Nacional decidirá, na próxima quinta-feira o destino do projeto que aumenta as alíquotas de contribuição da Previdência Social que, apesar da aparente rejeição da maioria no Congresso Nacional, o governo continua querendo aprovar.

Na última sexta-feira, o presidente Fernando Collor de Mello fez uma mudança estratégica no seu ministério. Substituiu o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Rogério Magri, e a ministra da Ação Social, Margarida Procópio, por dois parlamentares do PFL, o segundo maior partido em votos no plenário: o deputado Reinhold Stephanes (PR) e Ricardo Fiúza (PE), respectivamente.

Com essa decisão, o presidente sinaliza o desejo de entender-se com o Legislativo, reconciliar-se com o PFL — que se dividiu entre apoiar e rejeitar a proposta do governo — e, sobretudo, ver aprovados novos recursos para a Previdência. É essa sua aposta.

O novo ministro do Trabalho e da Previdência afirmou, sexta-feira, que



Reinhold Stephanes

seu principal objetivo é tentar encontrar ("junto com o Congresso Nacional") uma solução para o déficit da Previdência.

Já o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, disse que o presidente tem suas "razões pessoais" para consolidar uma posição política no Congresso. Considerou as indicações de dois parlamentares do PFL para os cargos uma atenção do presidente para com o partido e foi conclusivo em relação à proposta do governo: "Não há caminho a não ser trabalhar em cima do projeto do governo que já está pronto".

(Continua na página 6)

A aposta parlamentar do...

por Claudia Izique
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do PFL, aplaudiu as mudanças nos dois ministérios: "Vi com satisfação estas medidas e acredito que com elas o governo melhora bastante sua credibilidade para enfrentar dificuldades que tem pela frente". E completa: "Quero que o presidente acerte, mas continuo mantendo a minha liberdade de crítica quando achar que devo criticar".

"O presidente já deveria ter feito estas modificações", avaliou o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). A má gestão de um ministério, ele diz, poderia "ricochetear no presidente". O PFL, analisa o deputado, é um dos pontos de "alavancagem" do governo no Congresso e um reencontro com o presidente pode facilitar a tramitação de projetos.

Na avaliação do deputado Antônio Britto (PMDB-RS), as mudanças no ministério demonstram que o governo "tenta romper o isolamento" em relação à classe política, ao mesmo tempo que assume um perfil conservador e liberal. "Isso clareia o jogo político e torna até mais fácil fazer oposição."

A troca de ministros, afirma Britto, que é relator do projeto do governo que está sendo analisado na Comissão de Seguridade Social, sinaliza uma disposi-

ção para o entendimento e deveria dispensar o governo de "insistir com a sua proposta de aumentar alíquotas da Previdência".

O PMDB mantém-se disposto a rejeitar a proposta do governo mas está pronto para aprovar no dia 23 o remanejamento de verbas orçamentárias para cobrir o déficit da Previdência com o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados até o mês de março, quando, como se prevê, a ação judicial que garante a correção da aposentadoria irá a julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A proposta de remanejamento de recursos, segundo Britto, teria que ser iniciativa do próprio presidente que, no próximos dias, sancionará o orçamento de 1992. "E dele o critério para os cortes", explica.

Nas estimativas de Britto, um corte de 2 a 3% no orçamento que foi aprovado pelo Congresso, no final do ano passado, cobriria as despesas com o pagamento do reajuste nos meses de janeiro, fevereiro e março, que ele calcula atingirem Cr\$ 1,1 bilhão.

O reajuste retroativo, referente ao período de setembro a dezembro, que no total atinge Cr\$ 820 bilhões, poderia ser parcelado. A sugestão do PMDB, endossada, segundo Britto, pela maioria das lideranças no Congresso, é constituir uma comissão interparlamentar para propor mudanças definitivas na Previdência.

20 JAN 1992

GAZETA MERCANTIL